

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / XIII (3 .^a)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto: Degradação do serviço de transporte ferroviário de passageiros - Linhas de Sintra e Azambuja

Destinatário: Min. do Planeamento e das Infraestruturas

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Face às queixas dos utentes, fizemos o acompanhamento, durante uma semana, às supressões de comboio nas Linhas de Sintra e Azambuja. Só nos dias úteis dessa semana, pudemos constatar que se deram 110 supressões, das quais 12 por avaria do material circulante, 41 por uma avaria na via e 57 pelo facto da empresa ter demasiado material circulante imobilizado. O facto de as supressões serem essencialmente sentidas aos dias de semana, quando a utilização é maior, reforça a convicção que a sua origem está muito ligada à insuficiência de meios técnicos e humanos.

Este é o quadro:

Supressões na Linha de Sintra / Azambuja na semana de 20/6 a 26/6

Dia	N.º de Supressões	Avaria nos comboios	Excesso de imobilização	Avaria na via
20/6/2018	11	-	11	-
21/6/2018	61	5	15	41
22/6/2018	12	-	12	-
25/6/2018	12	5	7	-
26/6/2018	14	2	12	-

Esta degradação da fiabilidade da circulação ferroviária na Linha de Sintra / Azambuja, a mais utilizada do país, resulta de três fatores, que estão há muito identificados:

- Falta de trabalhadores na Manutenção da EMEF, que é a causa do maior tempo de resposta às reparações e manutenções do material.
- Falta de material circulante, com a operação a funcionar sem as necessárias folgas que possam permitir suprir falhas ocasionais.

- Material circulante envelhecido (apesar de nada comparado com a realidade da Linha de Cascais), que naturalmente aumenta a frequência das imobilizações que deve sofrer.
- Crescente degradação da infraestrutura, resultado do falhanço da política de privatização da manutenção e reparação da infraestrutura.

Esta degradação inferniza a vida dos utentes e dos ferroviários, e é, ela própria, fator de bloqueio do desenvolvimento do sistema metropolitano de transportes. Afinal, que sentido faz discutir – como está a fazer o Governo com a Área Metropolitana de Lisboa – o necessário aumento da procura, com medidas como o alargamento do passe social intermodal, se se adiam os investimentos necessários até para garantir a satisfação da atual procura?

Face a esta situação, o Governo tarda em adotar quaisquer medidas reais, nomeadamente aquelas que estão há muito identificadas.

Assim, tendo em conta os elementos supracitados, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, solicitamos ao Governo os seguintes esclarecimentos:

1. Quando vai o Governo, tal como impõe o Orçamento de Estado, autorizar a EMEF a contratar os trabalhadores em falta para que esta possa dar a resposta necessária às suas responsabilidades operacionais?
2. Quando vai o Governo, tal como consta da Resolução proposta pelo PCP e aprovada na Assembleia da República no passado dia 5 de junho, concretizar um Plano Nacional para a satisfação das necessidades nacionais de Material Circulante?
3. Quando vai o Governo concluir a desastrosa experiência da fusão da REFER com a IP, e começar o processo de reconstrução da capacidade pública de resposta às necessidades nacionais de construção, manutenção e reparação da rede ferroviária?

Palácio de São Bento, 3 de julho de 2018

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)